

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

Lei Ordinária nº 1138/2025

“Dispõe sobre o reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Município de Soledade de Minas/MG e contém outras providências”.

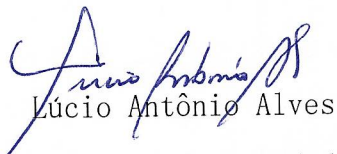
O Povo do Município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reajustado a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias para 02 (dois) salários mínimos, nos termos da Portaria GM/MS nº 6.796/2025.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

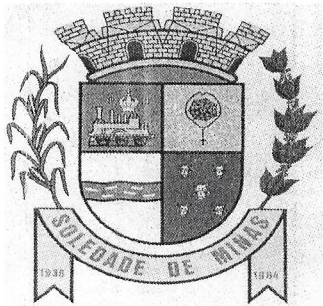
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de janeiro de 2025 e revogando-se as disposições em contrário.

Soledade de Minas, 15 de maio de 2025.


Lúcio Antônio Alves

Prefeito Municipal de Soledade de Minas

PUBLICAÇÃO: QUADRO DE AVISOS DA MUNICIPALIDADE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

LEI ORDINÁRIA Nº 1137/2025.

DISPÕE SOBRE AS INDENIZAÇÕES PARA COBERTURA DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS DOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

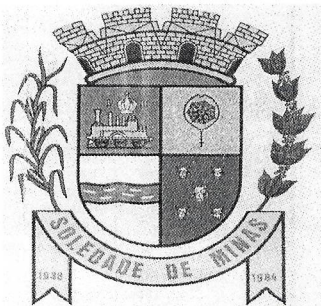
Art. 1º. Os agentes políticos e servidores públicos que tiverem a necessidade de se deslocar, sempre no interesse público, em caráter eventual, transitório e em razão do serviço e interesse público, para localidade diversa do município, farão jus à percepção de diária para custeio de despesas de alimentação, hospedagem e transporte, nos seguintes termos:

I - O pagamento da diária integral somente será devido quando o deslocamento for superior a 12 horas e importar em pernoite (período compreendido entre 22 horas e 6 horas do dia seguinte), devidamente justificado e comprovado, sem prejuízo de eventual indenização de transporte.

II - Nas hipóteses de deslocamentos por período superior a 6 horas, com retorno à sede do município no mesmo dia, devidamente justificado e comprovado, será assegurado o pagamento de meia diária, sem prejuízo de eventual indenização de transporte.

III - Nas hipóteses de deslocamentos por período inferior a 6 horas, somente será devida a indenização de transporte nos casos em que o deslocamento não puder ser realizado em veículo oficial e o servidor, justificadamente, se deslocar em veículo particular.

§1º. Para a indenização de transporte prevista nos incisos I, II, e III, quando em veículo não oficial, será observada a distância percorrida entre as localidades de origem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

e destino, tomando-se como referência as informações constantes do Mapa Rodoviário - DER/MG ou do Guia Judiciário do TJMG.

§2º. A contagem de tempo de afastamento será determinada tomando-se como termos inicial e final, respectivamente, a data e a hora de partida e de chegada à sede do Município.

§3º. A cada período de 24 horas de afastamento, se houver pernoite, será devido o valor de uma diária integral. Nos deslocamentos por período igual ou superior a 30 horas, com apenas um pernoite, será devido o pagamento de uma diária integral acrescida de meia diária ($\frac{1}{2}$).

Art. 2º. Para efeitos desta lei, considera-se:

I - Diária integral: para os deslocamentos com os requisitos:

a) 1ª diária integral: a cada período de 24 horas de afastamento ou superior a 12 horas se houver pernoite;

b) A partir da 2ª diária: integral se houver pernoite fora da sede do Município.

II - Meia diária ($\frac{1}{2}$): pagamento devido para os deslocamentos com os seguintes requisitos:

a) apenas um deslocamento igual ou superior a 6 horas e não houver pernoite fora da sede ou circunscrição;

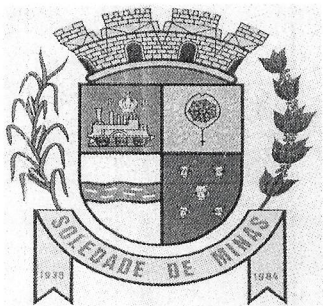
b) a partir da 2ª diária de deslocamento, se completadas mais de 06 horas de afastamento, sem pernoite;

c) nos casos em que houver pernoite, mas a hospedagem for custeada por outro órgão ou entidade da administração pública municipal, ou o servidor tiver residência no local de destino.

Art. 3º. A indenização em razão de transporte será regida pelas seguintes normas:

I - O pagamento da indenização em virtude de transporte somente se dará com a apresentação de nota fiscal contendo CNPJ da Câmara Municipal de Soledade de Minas, nome do motorista, placa e o hodômetro do veículo abastecido.

II - Da mesma forma e para o mesmo efeito, as notas fiscais deverão se fazer acompanhar dos cupons referentes aos abastecimentos que ocorreram no período de apuração, já mencionados no corpo dela, dos quais deverão constar o CNPJ da Câmara Municipal de Soledade de Minas, nome do motorista, números da placa e do hodômetro do veículo abastecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

III - Nos deslocamentos por período superior a 6 horas, quando realizados, justificadamente, em veículo particular, o pagamento será baseado pelos quilômetros rodados, conforme tabela a ser fixada por Resolução.

IV - Considera-se Diária Antecipada aquela cuja solicitação de pagamento é feita antes do efetivo deslocamento e Diária Vencida aquela cuja solicitação de pagamento é feita após o efetivo deslocamento.

Art. 4. Não será devido o pagamento de diária:

I- em finais de semana ou feriados, salvo quando expressamente justificado e previamente autorizado pelo Ordenador de Despesas;

II- quando o deslocamento se der para localidade onde o beneficiário da diária possua residência ou outro domicílio;

III- cumulativamente com qualquer outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação, incluindo auxílio-alimentação ou equivalente, e pousada, ressalvada a hipótese de justificativa aceita pelo Ordenador de Despesas;

IV- quando as despesas de alimentação e hospedagem forem custeadas por terceiros, pessoa jurídica de direito público ou privado;

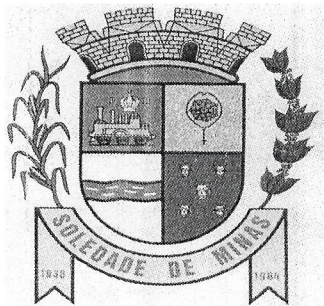
V- ao agente público que estiver em falta com a prestação de contas de viagem anteriormente concedida;

VI- aos estagiários.

Art. 5. Não haverá pagamento de mais de 04 (quatro) diárias e/ou 04 (quatro) meias-diárias por mês, não cumulativas, tampouco poderão ser indenizados mais de 10 (dez) deslocamentos em veículos particulares no mesmo mês.

Parágrafo Único. O limite de pagamento de 04 (quatro) diárias e/ou 04 (quatro) meias-diárias e indenizações previstas no caput poderá, excepcionalmente, ser desconsiderado por ato motivado pelo Presidente da Câmara Municipal, notadamente nos casos de participação em congressos, cursos de aperfeiçoamento e atualização, cuja duração seja superior a cinco dias.

Art. 6º. O pagamento de despesas de hospedagem, alimentação e transporte a palestrantes e outros colaboradores eventuais a serviço da Câmara Municipal poderá ser autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, em caráter excepcional e justificadamente, presente o interesse público, este expressamente demonstrado pela autoridade solicitante ou diretamente interessada, e obedecida a razoabilidade do valor empenhado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

§ 1º. O pagamento a que se refere o caput deverá ser compatível com o valor usual em práticas do mesmo jaez.

§ 2º. Para efeito do disposto nos parágrafos anteriores, o colaborador ou palestrante deve declarar que não recebeu pagamento a título de diárias, hospedagem, transporte ou alimentação no órgão de origem ou de terceiros, aplicando-se ao mesmo o disposto no inciso III do artigo 1º.

Art. 7. A solicitação de diária antecipada ou a solicitação de pagamento de diária vencida, será feita, exclusivamente por meio do sistema próprio requerimento de diárias, mediante o preenchimento dos campos apropriados da solicitação, cujo formulário deverá ser implementado em 30 dias, em caso de inexistência, ou adequado aos termos da presente lei.

Parágrafo único. A solicitação de diária antecipada somente será apreciada se realizada com antecedência de, no mínimo, 24 horas que antecedem o início do deslocamento e deverá ser realizada em dia e horário de expediente da Câmara Municipal de Soledade de Minas.

Art. 8. A autorização para o pagamento de diárias e indenizações de transporte antecipadas dependerá da prévia demonstração, pelo servidor que a requerer, da necessidade do deslocamento e da correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou as atividades desempenhadas no exercício da função comissionada ou do cargo em comissão.

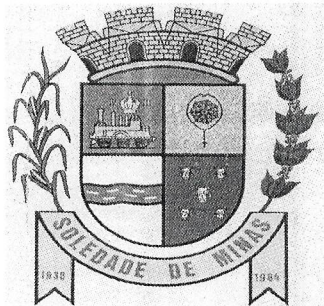
Art. 9. A autorização para o pagamento de diárias e indenizações de transporte vencidas dependerá da efetiva comprovação, pelo servidor que a requerer, de prévia autorização da chefe imediata para o deslocamento, comprovação do efetivo deslocamento, e da correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou as atividades desempenhadas no exercício da função comissionada ou do cargo em comissão.

Art. 10. Salvo o especificado no parágrafo primeiro deste artigo, o valor mensal a ser pago a título de diárias ou indenizações de transporte não poderá exceder o ao correspondente a 90% (noventa por cento) da remuneração ou subsídio bruto recebido pelo servidor ou agente político.

§1º O limite previsto no caput não será exigido em se tratando de viagem para a capital federal.

§2º O deslocamento para a capital federal, sempre no interesse público, será permitido no limite máximo de duas viagens por ano.

Art. 11. Os pagamentos de diárias e indenizações de transporte serão efetuados, exclusivamente, por depósito em conta na rede bancária, autorizada por Ordem de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

Pagamento Bancária, registrada no Sistema de Administração Financeira da Câmara Municipal, ou por meio de cheque nominal cruzado, sempre em nome do beneficiário e na conta e agência indicadas.

Parágrafo único. Sempre que possível, as diárias serão pagas antecipadamente, mediante crédito em conta corrente e em única parcela, podendo, excepcionalmente, serem pagas no decorrer do afastamento, caso o deslocamento tenha se dado em razão de urgência ou emergência, devidamente justificada, devendo o solicitante informar no Sistema de Diárias que se trata de viagem já iniciada.

Art. 12. É vedada a antecipação de diária de viagem ao beneficiário que estiver com prestação de contas irregular ou já tiver duas antecipações de diárias em aberto.

Art. 13. Os valores das diárias serão escalonados em faixas, conforme constará na Tabelas de Valores no anexo I desta lei, vedado qualquer valor superior ao da diária paga ao Presidente da Câmara Municipal, excluído qualquer outro acréscimo.

Parágrafo Único. As diárias poderão ser corrigidas anualmente com base no INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor ou pelo IGPM.

Art. 14. O efetivo deslocamento do servidor que importe em pagamento de diárias e indenização de transporte deverá ser comprovado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado do retorno do deslocamento, e será feita mediante o preenchimento do campo Prestação de Contas de Diárias de Viagem do Sistema de Diárias.

Parágrafo único. Para a prestação de contas, o beneficiário da diária de viagem anexará os seguintes documentos:

I - relatório de viagem, acompanhado de declaração de que o beneficiário não tem residência no local de destino;

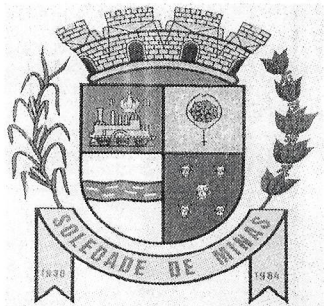
II - comprovantes originais de passagem e a entrega dos cartões de embarque, quando for o caso;

III - comprovante de efetiva participação no compromisso que justificou o interesse público no deslocamento.

Art. 15. O direito à percepção de diária depende de prévia e expressa autorização do Ordenador de Despesa e de apresentação do Relatório de Viagem, certificado pela respectiva chefia exclusivamente no Sistema de Diárias.

Art. 16. Prescreve em 03 (três) meses a pretensão ao recebimento de diária e indenização decorrentes de despesas de deslocamento do parágrafo anterior, contado o prazo da data de retorno da viagem.

Art. 17. Será responsabilizado pelo pagamento incorreto ou irregular:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

I- o beneficiário da diária que prestar informações inverídicas;

II - o servidor incumbido do seu preparo, em caso de ordem de pagamento sem os requisitos legais e de pagamento a pessoa sem direito ao recebimento ou sem aprovação da autoridade competente;

III - o Ordenador de Despesa, quando o pagamento da diária for manifestamente contrário ao disposto nessa lei.

Parágrafo único. A concessão ou o recebimento indevido de diárias, bem como o fornecimento de informações incorretas na documentação pertinente, ensejarão a aplicação das penalidades cabíveis, conforme o grau da falta apurada em procedimento administrativo.

Art. 18. A solicitação de antecipação de diária de viagem, o controle do efetivo deslocamento e do atendimento ao interesse público, assim como a respectiva prestação de contas são de responsabilidade do servidor público beneficiário e da chefia imediata.

Art. 19. Em caso de cancelamento da viagem, retorno antes do prazo previsto, ou crédito de valores fora das hipóteses autorizadas por esta lei, as diárias recebidas em excesso ou indevidamente deverão ser restituídas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com a devida justificativa, mediante depósito na conta da Câmara Municipal, vedada a restituição em espécie.

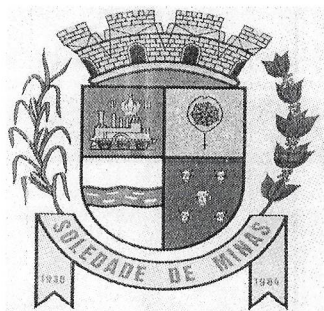
Parágrafo único. Não havendo restituição no prazo previsto no caput, o beneficiário ficará sujeito ao desconto do valor respectivo em folha de pagamento, no máximo, no mês subsequente ao estabelecido para prestação de contas.

Art. 20. O Servidor Público e o agente político deverão registrar em documento próprio, relatório pormenorizado alusivo à prática das atividades a serviço da Câmara Municipal, bem como informações relativas ao exercício de outras atribuições na localidade de destino, tudo isso anexado à prestação de contas.

Art. 21. Para o servidor público pertencente a outro órgão da Administração Pública e colocado eventualmente à disposição da Câmara Municipal, quando em viagem, serão observados os mesmos critérios e valores e procedimentos estabelecidos para os servidores da Casa Legislativa.

Art. 22. Ao beneficiário de diária não será concedido adiantamento de numerário para aquisição de passagens aéreas, devendo tais aquisições serem processadas por meio do regular procedimento licitatório.

Parágrafo Único. O disposto no caput se aplica às aquisições de passagem de ônibus ou serviços de transporte congêneres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº 134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

Art. 23. As situações excepcionais e as atípicas, após analisadas, ou os casos omissos serão, respectivamente, autorizadas ou resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal.

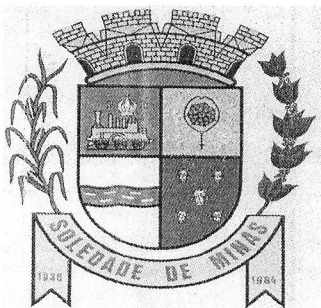
Art. 24. O beneficiário, em razão do recebimento indevido de diárias e indenizações por transporte, e por ato administrativo ou judicial da presidência da Câmara Municipal, deverá ser compelido ao ressarcimento do valor indevidamente pago, no prazo máximo de 30 dias, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 25. Revogadas as disposições em contrário, nomeadamente a Resolução 106/2015, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Soledade de Minas, 07 de maio de 2025.


LUCIO ANTÔNIO ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO: QUADRO DE AVISOS DA MUNICIPALIDADE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS

CNPJ: 18.188.235/0001-14

Rua Professora Rosina Magalhães Ferreira, nº134, Centro

Soledade de Minas/MG, CEP: 37.478-000

Telefone: 0800 500 0401

Email: gabinete@soledadedeminas.mg.gov.br

ANEXO I

TABELA DE VALORES

DIÁRIAS	
CAPITAL FEDERAL	RS926,42
CAPITAL DO ESTADO	RS683,13
OUTRAS LOCALIDADES	RS339,87